UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

ATA DA DÉCIMA SEXTA SESSÃO DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO, ORDINÁRIA, REALIZADA NA GESTÃO DO MAGNÍFICO REITOR CARLOS FRANCISCO THEODORO MACHADO RIBEIRO DE LESSA E SOB A PRESIDÊNCIA DESTE, DIA 28 DE NOVEMBRO DE 2002, ÀS 9:30 HORAS, NA SALA DE SESSÕES DO CONSELHO, GABINETE DO REITOR, ILHA DA CIDADE UNIVERSITÁRIA, RIO DE JANEIRO.

Compareceram à sessão os seguintes Conselheiros: Profª Suely Souza de Almeida (Decana do CFCH), Prof. Carlos Antônio Levi da Conceição (representante dos Adjuntos do CT), Prof. Milton Roedel Salles (representante dos Adjuntos do CCMN), Prof. Luiz Antônio Constant Rodrigues da Cunha (representante dos Titulares do CFCH), Prof. Eduardo Faria Coutinho (representante dos Titulares do CLA), Prof. José Ricardo Tauile (representante dos Titulares do CCJE), Profª Norma Musco Mendes (representante dos Adjuntos do CFCH), Aluno Márcio Carvalho de Sá (representante do Corpo Discente), Técnico-Administrativo Izaias Gonçalves Bastos (representante do Corpo Técnico-Administrativo), Técnico-Administrativa Maysa Chaves de Oliveira (representante do Corpo Técnico-Administrativo), Profª Cristina Ayoub Riche (representante dos Professores Assistentes), Prof. Luiz Fernando Loureiro Legey (representante dos Titulares do CT), Prof. Gerardo Gerson Bezerra de Souza (representante dos Titulares do CCMN), Prof. Oscar Rosa Mattos (representante dos Titulares do CT), Profª Cíntia Augusta de Menezes Barboza (representante dos Professores de Ensino Fundamental e Médio – suplente), Prof. João Ferreira da Silva Filho (Decano do CCS), Prof. Marco Antônio França Faria (Sub-Reitor de Desenvolvimento e Extensão), Prof. Raimundo Rocha dos Santos (representante dos Titulares do CCMN), Prof. José Luiz Fontes Monteiro (Sub-Reitor de Ensino para Graduados e Pesquisa), Prof. Floriano Carlos Pires Junior (representante dos Adjuntos/Doutor do CT), Profª Vera Lúcia Rabello de Castro Halfoun (representante dos Adjuntos do CCS), Prof. Pedro Lagerblad de Oliveira (representante dos Adjuntos/Doutor do CCS), Técnico-Administrativo Carlos Fernando B. Maldonado de Oliveira (representante do Corpo Técnico-Administrativo), Técnico-Administrativa Ana Maria de Almeida Ribeiro (representante do Corpo Técnico-Administrativo), Aluno Paulo Maurício Schueler da Encarnação (representante do Corpo Discente), Técnico-Administrativo José Carlos Pereira (representante do Corpo Técnico-Administrativo), Prof. Carlos Antônio Kalil Tannus (Decano do CLA), Aluno Renato Ludwig de Souza (representante do Corpo Discente), Aluna Gilda Moreira dos Santos (representante do Corpo Discente), Profª Sylvia da Silveira Mello Vargas (Sub-Reitora de Ensino de Graduação e Corpo Discente) e Prof. Alcino Ferreira Câmara Neto (Decano do CCJE). Justificaram a ausência os seguintes Conselheiros: Profª Ana Clara Torres Ribeiro (representante dos Adjuntos do CCJE), Prof. Antônio Paes de Carvalho (representante dos Titulares do CCS) e Profª Sônia Zyngier (representante dos Adjuntos/Doutor do CLA).

Havendo número regimental, o Magnífico REITOR colocou em discussão a ata da sessão de 24 de outubro de 2002. Em votação, aprovada, por unanimidade. Disse que recebeu de seu assessor parlamentar, Prof. Thales, a informação de que foi apresentada pela Bancada Federal do Rio de Janeiro uma emenda ao Orçamento da União, no valor de R$ 160.000.000,00 (cento e sessenta milhões de reais), para modernização e recuperação da infra-estrutura física das Instituições Federais de Ensino Superior e dos Hospitais de Ensino do Estado do Rio de Janeiro, subscrita pelos deputados Jandira Feghalli, Jorge Bittar, Alexandre Santos e Laura Carneiro. Informou que o Senador Saturnino Braga comunicou ter apresentado duas emendas ao Orçamento da União de interesse da UFRJ: 1) R$ 260.000,00 (duzentos e sessenta mil reais) para o Alojamento Estudantil,

na área de Governo de Desenvolvimento Urbano; e 2) R$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais) para a construção do Colégio de Aplicação na Ilha do Fundão. Lembrou que o Conselho Universitário aprovou, numa sessão anterior, um Voto de Agradecimento a um conjunto de deputados federais e apresentou a proposta de encaminhar ao Deputado Alexandre Santos o mesmo Voto de Agradecimento. Em votação, aprovado, por unanimidade. A seguir, dando prosseguimento à programação estabelecida no Conselho Universitário de cada sessão ser precedida pela apresentação de uma Unidade, pediu à Profª Militza Putziger, Diretora do Colégio de Aplicação, que iniciasse a exposição. A Profª MILITZA PUTZIGER destacou a produção acadêmica do Colégio, suas dificuldades e questionamentos. Durante a apresentação, duas alunas do Colégio fizeram a chamada dos conselheiros para assistirem, no Teatro Sérgio Porto, à encenação da peça teatral, que integra um projeto inovador de extensão entre alunos do ensino básico do CAp e alunos do ensino superior da Universidade. O Magnífico REITOR disse que essa era uma excelente idéia e solicitou que fosse mantido um contato com o Sub-Reitor de Extensão e Desenvolvimento, Prof. Marco Antônio Faria. Agradeceu a apresentação do Colégio de Aplicação, afirmando que, para a Reitoria, esta é uma Unidade extremamente importante para a missão que a Universidade enfrentará nos próximo anos e, por essa razão, inclusive, proporá que o Colégio de Aplicação passe a ter duas Unidades, uma na Lagoa e outra no Fundão. Disse que, oportunamente, este Conselho será informado sobre esse projeto. Convidou os conselheiros para uma visita ao Cap, num dia normal de funcionamento, bem como para comparecerem hoje à noite para assistir a peça. Comunicou que recebeu o resultado da eleição dos representantes do CCS no Conselho Universitário e deu as boas-vindas aos novos Conselheiros: 1) Representantes dos Professores Adjuntos: Profª Vera Halfoun (efetivo) e Prof. Alexandre Cardoso (suplente); 2) Representantes dos Adjuntos, com título de Doutor: Prof. Pedro Lagerblad de Oliveira (efetivo) e Prof. Roberto Medronho (suplente). Informou, também, que recebeu um pleito do Prof. Person Matias da Silva, que tece considerações sobre a maneira pela qual essa eleição se desenvolveu, que já foi distribuído à Comissão de Legislação e Normas do Conselho para pronunciamento. Ponderou que, se a Comissão chegar à conclusão que deve haver outro procedimento, convoca-se nova eleição. Solicitou que a CLN analisasse a questão com urgência e apresente seu parecer na próxima sessão. O Conselheiro MILTON SALLES indagou se uma nova eleição não seria a cassação do mandatos dos conselheiros que estão sendo empossados. O Conselheiro CARLOS TANNUS, Presidente da CLN, esclareceu que o recurso não tem efeito suspensivo e, até que seja analisado, esses conselheiros eleitos devem exercer os mandatos. Se a CLN e o plenário do Conselho Universitário chegarem à conclusão de que houve vício no processo, será pedida uma nova eleição. Informou que devido ao pedido do Prof. Amâncio Carvalho de afastamento da Comissão por motivo de ordem particular e, em virtude do término do mandato de alguns conselheiros, é preciso que dois membros deste Conselho se agreguem à CLN. Indicou os professores Cristina Riche e Gerardo Gerson. O Magnífico REITOR convidou os conselheiros para comparecerem à cerimônia de entrega da Moção, aprovada pelo Conselho, ao Prefeito de Macaé que será realizada amanhã, às 16 horas, no Salão Pedro Calmon do Fórum de Ciência e Cultura. Informou que foi distribuída a programação da semana que comemora o Centenário de nascimento do ex-Reitor Pedro Calmon e o Sesquicentenário do prédio do Palácio Universitário e solicitou o comparecimento de todos para um maior brilho dessas comemorações. A Conselheira CRISTINA RICHE chamou a atenção dos conselheiros de que, nesse programa, há duas sessões solenes do Conselho Universitário: uma no dia 02 de dezembro, de entrega do título de Professor Honoris Causa ao Prof. Celso Furtado, e no dia 04 de dezembro, a entrega das Emerências aos professores Edwaldo Machado Cafezeiro e Márcio Tavares D'Amaral. O Conselheiro LUIZ ANTÔNIO CUNHA solicitou informações a respeito do Regimento da Universidade, pois algumas Unidades do CFCH precisam fazer alterações no seu Regimento, mas só podem fazê-las quando o Regimento da UFRJ for aprovado. O Conselheiro CARLOS MALDONADO esclareceu que o projeto está praticamente pronto, entretanto, precisa conter, de forma identificada e detalhada, a estrutura organizacional superior da Universidade que hoje está, de fato, funcionando e cuja solicitação já foi feita ao Prof. Sérgio Fracalanzza. O Conselheiro JOSÉ RICARDO TAUILE falou da importância da cerimônia de entrega do título de Professor Honoris Causa ao Prof. Celso Furtado, não só pelo que ele representa para os economistas contemporâneos. Lembrou que, por ocasião de um

seminário da CEPAL promovido pelo Instituto de Economia, seria entregue o referido título e que, entretanto, com a notícia do comparecimento do Reitor e do Ministro Saúde, houveram por bem cancelar o evento porque havia notícias de que seriam realizadas inúmeras manifestações naquela oportunidade. Comentou que foi extremamente constrangedor para o Prof. Celso Furtado e reforçou o pedido de comparecimento feito pelo Reitor porque considera uma cerimônia muito importante. Disse que, finalmente, a sociedade brasileira está se mobilizando para os novos tempos que começam neste país e espera que a UFRJ também acompanhe esses novos tempos. Argumentou que há um conjunto de questões estratégicas que estarão em pauta para a sociedade brasileira e tem a impressão de que é preciso que a UFRJ tenha, como contra-tarefa, um pensamento estratégico para acompanhar esse processo e poder dialogar com o governo federal que vai se instalar a partir de janeiro do próximo ano. Gostaria que se tentasse, talvez junto com o Fórum de Ciência e Cultura, criar um espaço específico para isso, para interagir estrategicamente tendo a sociedade como pano de fundo diante do novo governo do estado. O Conselheiro GERARDO GERSON comunicou que o Prof. Martin Schmal, do Programa de Engenharia Química da COPPE, recebeu o Prêmio Humboldt, que é dado a pesquisadores do mais alto nível. Continuando, disse que ficou bastante preocupado pelo fato de ter ocorrido, este ano, um decréscimo nas inscrições do vestibular da UFRJ e gostaria que este Conselho discutisse o assunto. A Conselheira ANGELA ROCHA comunicou que o Brasil acaba de ganhar mais dois físicos indicados para a Academia de Ciência do Terceiro Mundo, que são os professores Carlos Alberto Aragão de Carvalho Filho e Luiz Davidovich. Informou, também, que o professor Eliezer Barreiro, do Programa de Pós-Graduação do Instituto de Química, acaba de receber uma das premiações mais importantes da Química que é o prêmio Rheinboldt-Hauptmann, instituído pela USP há dezesseis anos. Lembrou que os professores Leopoldo de Méis, em 1986, e Ângelo da Cunha Pinto, em 1997, já receberam esse prêmio. A Conselheira NORMA MUSCO comunicou que de 3 a 6 de dezembro será realizado um seminário em comemoração aos vinte anos do Programa de Pós-Graduação em História Social, no IFCS. Informou, também, que de 2 a 5 de dezembro será realizada o 1º Simpósio de História Comparada, também no IFCS. Argumentou que são duas atividades muito importantes do Departamento de História, que mostra que o Departamento não é só problemas, também sabe produzir. O Conselheiro MÁRCIO CARVALHO elogiou a realização da Jornada de Iniciação Científica e solicitou que o Conselho Universitário abordasse a questão do abono das faltas dos alunos às aulas e provas, em virtude de estarem apresentando trabalhos. O Conselheiro JOSÉ LUIZ MONTEIRO informou que, na verdade, foi feita uma recomendação aos Diretores de Unidades para dispensarem os alunos que iriam apresentar trabalhos na Jornada. O Conselheiro MÁRCIO CARVALHO indagou se o Conselho Universitário poderia determinar o abono das faltas. O Conselheiro JOSÉ LUIZ MONTEIRO disse que cabe encaminhar essa questão ao CEG. A Conselheira CRISTINA RICHE discorreu sobre a questão da representação dos ex-Reitores no Conselho Universitário e informou que o assunto está sendo encaminhado à Comissão de Legislação e Normas para pronunciamento. O Magnífico REITOR, em resposta ao conselheiro José Ricardo Tauile, comunicou que a ANDIFES está em negociações com o grupo de transição da nova administração federal e ele tomou a liberdade de encaminhar uma série de questões que são hoje quatro linhas consensuais na UFRJ e espera que seja convocado para uma eventual reunião com a comissão de transição. Informou que o Prof. Medronho assumirá a tarefa de coordenar um mutirão da UFRJ na luta contra o mosquito transmissor da dengue. Disse que estão sendo mobilizadas as Decanias e as direções das Unidades e aproveita para convidar, de maneira formal, o DCE, o SINTUFRJ, a ADUFRJ, a APG e a Prefeitura para se reunirem com o Prof. Medronho nesse programa de prevenção da dengue nos *campi* da UFRJ. O Conselheiro CARLOS MALDONADO disse que integra a Comissão Nacional de Negociação que discute a implantação da nova carreira técnico-administrativo e, nos últimos dias, participaram das discussões com os representantes do governo. Comentou que a discussão tem evoluído bem e o grande problema é o custo anual, que está estimado em um milhão de reais de acréscimo à folha de pagamento. Sobre a reposição de vagas, que é vital, informou que é uma discussão que também foi levantada, mas que aguarda, no momento, a identificação de quem será responsável pela administração de recursos humanos para que se possa fazer os debates. Disse que a crise nos hospitais tem muita vinculação com isso e considera importante que as universidades se

manifestem. Sugeriu pautar este assunto no Conselho Universitário para que se possa dar seqüência a esse tema. O Magnífico REITOR disse que, no bojo das questões encaminhadas à ANDIFES, está o apoio à idéia da carreira única para os servidores técnico-administrativos. Informou que propôs que as vagas ocorridas em virtude de aposentadoria de docentes e técnico-administrativos, de cada universidade, fossem automaticamente preenchidas. O Conselheiro CARLOS MALDONADO comunicou que acontecerá, de 2 a 6 de dezembro, na Câmara dos Deputados, um seminário sobre educação promovido pela Comissão de Educação e Desportos da Câmara. Disse que, este ano, será discutido o Plano Nacional de Educação e alertou para a importância da participação de alguém da Universidade nessa seminário. O Magnífico REITOR apresentou uma solicitação, encaminhada pela Associação de Pós-Graduandos, de prorrogação do mandato da sua representação no Conselho até que se proceda às novas eleições. Em votação, aprovada a prorrogação, por unanimidade. A Conselheira ANA MARIA RIBEIRO apresentou documento, contendo os considerandos, solicitando a prorrogação dos mandatos dos representantes técnico-administrativos no Conselho Universitário até março de 2003. A Conselheira VERA HALFOUN argumentou que nessa questão de prorrogação de mandatos deve-se ser criterioso marcando-se logo a data para as eleições. O Magnífico REITOR sugeriu a prorrogação até 31 de março de 2003. Em votação, aprovada a prorrogação, por unanimidade. Iniciando a Ordem do Dia, o Magnífico REITOR esclareceu que a pauta foi encaminhada em aberto, solicitando que os Conselheiros incluíssem os temas. Informou que a Mesa recebeu as seguintes solicitações de inclusões: 1) inclusão de determinadas questões da SR-2, feita pelo Sub-Reitor de Ensino para Graduados e Pesquisa, Prof. José Luiz; 2) inclusão da questão relativa à crise do Hospital Universitário; 3) inclusão da questão sobre a transferência do ensino superior para o Ministério da Ciência e Tecnologia; e 3) inclusão da questão do Conselho de Minerva; e 4) ele, Reitor, gostaria de se pronunciar sobre a questão do crédito educativo. A Conselheira SUELY ALMEIDA sugeriu que fosse incluído na pauta o calendário acadêmico/2003 da graduação. O Magníifico REITOR propôs a seguinte ordem: 1) Calendário Acadêmico; 2) Conselho de Minerva; 3) SR-2; 4) Hospital Universitário; e 5) transferência do ensino superior para o MCT. Em votação, aprovada, por unanimidade. A seguir, passou ao primeiro ponto de pauta: 1 – Proc. 23079.032146/02-41 – SR-1 – Proposta de Resolução estabelecendo o calendário das atividades acadêmicas de graduação para o ano letivo de 2003. Relatora, pela Comissão de Ensino e Títulos, Profª Suely Souza de Almeida. A Conselheira SUELY ALMEIDA leu o seguinte parecer: "*O presente processo refere-se à proposta de calendário acadêmico da Graduação e do CAp. Considerando a urgência da publicação da Resolução correspondente para organização dos atos acadêmicos, somos de parecer favorável à sua aprovação. Contudo, lamentamos a ausência do calendário da Pós-Graduação, o que, no momento, não nos permite aprovar um calendário unificado para a UFRJ, prática aneror à Resolução conjunta CEG/CEPG 01/99. Entendemos que tal procedimento é importante para possibilitar a organização das atividades letivas (e das férias) dos docentes que ministram cursos simultaneamente na Graduação e na Pós-Graduação, assim como a participação discente em atividades conjuntas destes dois níveis. Recomendamos, portanto, a apresentação urgente do calendário da Pós-Graduação, tendo como referência as datas de início e fim dos períodos aprovados para o calendário da Graduação.* Proposta de *RESOLUÇÃO: O Conselho Universitário, reunido na sessão de .... de ..... de 2002 e tendo em vista o que consta do Proc. 23079.032146/02-41, resolve: Art. 1º As atividades dos cursos de graduação da UFRJ realizar-se-ão em dois períodos, com início e término em: a) Primeiro período letivo: de 10 de março a 25 de julho de 2003; b) Segundo período letivo: de 11 de agosto a 23 de dezembro de 2003. Art. 2º Para os alunos dos Cursos de Medicina e afins: a) Primeiro período letivo: de 17 de março a 15 de agosto de 2003; b) Segundo período letivo: de 25 de agosto de 2003 a 30 de janeiro de 2004. Art. 3º Para o Colégio de Aplicação: a) Primeiro período letivo: de 10 de fevereiro a 18 de julho de 2003; b) Segundo período letivo: de 04 de agosto a 19 de dezembro de 2003. Art. 4º São previstas as seguintes datas festivas ou especiais: I – Inauguração dos Cursos: A cerimônia inaugural universitária é presidida pelo Reitor e as cerimônias inaugurais nos Centros e nas Unidades serão realizadas em dia e horário previamente estabelecidos de comum acordo com a Reitoria. II – Feriados escolares: 03, 04 e 05/03/2003 – Carnaval e Cinzas (2ª, 3ª e 4ª feiras); 18/04/2003 – Sexta-feira Santa (6ª feira); 21/04/2003 – Dia de Tiradentes (2ª feira); 23/04/2003 –*

São Jorge (4ª feira); 01/05/2003 – Dia do Trabalho (5ª feira); 19/06/2003 – Dia de Corpus Christi (5ª feira); 28/10/2003 – Dia do Funcionário Público (3ª feira); 15/11/2003 – Dia da Proclamação da República (sábado); 20/11/2003 – Dia de Zumbi (5ª feira); 20/01/2004 – Dia de São Sebastião (3ª feira). III – Dias de atividade didática facultativa à Unidade: 19/04/2003 (sábado); 22/04/2003 (3ª feira); 02 e 03/05/2003 (6ª feira e sábado); 20 e 21/06/2003 (6ª feira e sábado); 21 e 22/11/2003 (6ª feira e sábado); 19/01/2004 (2ª feira). IV – Recesso de Natal e Ano Novo: De 24/12/2003 a 02/01/2004. Art. 5º As épocas de execução dos atos de administração acadêmica do Conselho de Ensino de Graduação serão fixadas ouvida a SG-1 até 15 (quinze) dias após a publicação deste calendário.Art. 6º Os casos omissos e as situações excepcionais serão resolvidas pelo CEG." O Conselheiro JOSÉ LUIZ MONTEIRO esclareceu que, com o fim da Resolução 01/99, a Pós-Graduação vive, hoje, situações distintas na Universidade, ou seja, alguns seguem o calendário trimestral e outros o calendário semestral. Informou que, na sexta-feira passada, foi apresentada a proposta inicial de calendário semestral, mas os conselheiros do CEPG entenderam que esse calendário não reconhecia uma realidade e a tendência, na reunião de amanhã, é aprovar mais de um calendário, exatamente para reconhecer e atender essa realidade de hoje. Ponderou que essa é uma situação transitória, porque a intenção do CEPG é aprovar, para 2004, um calendário unificado. O Conselheiro MILTON SALLES sugeriu que o Conselho Universitário tomasse a decisão de ter um calendário único, porque diversos calendários vão dissociar todo o ensino e pesquisa da Universidade. Em votação, foi aprovado o calendário acadêmico de 2003 para a Graduação e o CAp, com a recomendação do CONSUNI de que procure convergir para um calendário unificado. Passou ao segundo item da pauta: Parecer da Comissão instituída para analisar a situação do Conselho de Minerva. A Conselheira ANA MARIA RIBEIRO fez a leitura do seguinte parecer: "*Histórico: Aos oito dias do mês de agosto de 2002, conforme Ata da quinta Sessão Ordinária do Conselho Universitário da UFRJ, o Magnífico Reitor, Prof. Carlos Lessa, informou que fora convidado para participar, no dia nove de agosto de 2002, do I Colóquio Resgate da Identidade Brasileira, em Teresópolis, organizado pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRJ e pelo Conselho de Minerva, cuja programação previa a sua posse como Presidente de Honra do Conselho de Minerva, tendo solicitado, então, dos Conselheiros sugestões de como proceder diante de tal convite. O Conselheiro Antônio Paes de Carvalho sugeriu que o Magnífico Reitor participasse da reunião mas que aconselhasse o Conselho de Minerva a não fazer a transmissão do posto de honra, até que houvesse uma definição acerca das relações entre o Conselho de Minerva e a Universidade Federal do Rio de Janeiro. A sugestão do Prof. Paes de Carvalho foi acatada e constituiu o Reitor um Grupo de Trabalho formado pelos Conselheiros Ana Maria Ribeiro, Antônio Paes de Carvalho (já designado na sessão anterior do CONSUNI), Carlos Antonio Kalil Tannus, Cristina Ayoub Riche e Márcio Carvalho, para estudo e análise do Conselho de Minerva. Ainda, naquela sessão, do dia oito de agosto, informou a Conselheira, Profª. Cristina Ayoub Riche, que, a pedido do Reitor, entrou em contato com o Prof. Sebastião Amoedo, Vice-Presidente Executivo do Conselho de Minerva, e dele solicitou o encaminhamento do inteiro teor do Estatuto do Conselho de Minerva, já que, no site de tal Conselho, o Estatuto não está totalmente apresentado. A Profª. Cristina Riche procedeu a leitura do histórico, apresentou a cópia do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), o demonstrativo de Receita e Despesas e o inteiro teor do Estatuto do Conselho de Minerva, documentação enviada pelo Prof. Amoedo e xerocopiada para cada um dos integrantes do Grupo de Trabalho. O Prof. Marco Antônio França de Faria entregou o processo 23079.017335/00-87 ao Grupo de Trabalho constituído pelo CONSUNI, para ciência e apreciação. O Reitor esteve presente ao I Colóquio Resgate da Identidade Brasileira e lá informou aos participantes que, segundo determinação do CONSUNI da UFRJ, não tomaria posse como Presidente de Honra do Conselho Minerva, até que as relações entre UFRJ e o Conselho de Minerva ficassem completamente esclarecidas. Análise dos Fatos: O processo 23079.017335/00-87 não produziu qualquer efeito, pois sequer foi submetido ao plenário do CONSUNI. Trata o processo de convênio a ser celebrado entre o Conselho de Antigos Alunos e Diplomados da UFRJ-Conselho de Minerva e a Universidade Federal do Rio de Janeiro, "para o desenvolvimento de projetos de integração e cooperação de antigos alunos, o intercâmbio e experiências, a integração coma sociedade e a prestação de serviços no campo da gestão e articulação, com vistas ao*

desenvolvimento de negócios e empreendimentos à UFRJ-Universidade do Brasil". Tal processo, de forma equivocada, foi encaminhado ao CSCE e de fls. 06 às 07 consta parecer do Prof. Marco França Faria, relator à época designado pelo então Reitor, em que assevera que no tocante ao intercâmbio, troca de experiências, integração com a sociedade nada tem a se opor, desde que sejam respeitadas as Associações de Ex-Alunos das Faculdades, Escolas e Institutos já existentes ou que venham a existir .Quanto à prestação de serviços e desenvolvimento de negócios, entende o relator que a normalização seja feita pelas estruturas administrativas da UFRJ e a administração de recursos pelas Fundações de Apoio. Conclui o Prof. Faria que o CSCE não era o foro adequado para análise e deliberação de tal matéria, posto que deveria o assunto ser tratado no CONSUNI, e, primeiramente, apreciado pela Comissão de Legislação e Normas. A doutrina no campo do Direito Administrativo vem definindo convênio como sendo o ajuste administrativo, celebrado por pessoas públicas de qualquer espécie ou realizado por essas pessoas e outras de natureza privada, para a consecução de objetivos de interesse comum dos convenentes. É ajuste administrativo. No dizer de Hely Lopes Meirelles, "é acordo, mas não é contrato". No contrato têm-se partes ligadas perenemente, contratualmente, que buscam interesses diversos e contrapostos. No convênio têm-se partícipes, convenentes não vinculados contratualmente que buscam objetivos de interesses comuns. O convênio, dada a sua índole, não adquire personalidade jurídica. De modo que não pode ser tido como pessoa. Não lhe cabe, pois, por exemplo, comprar ou vender, ser locador ou locatário, doar ou receber em doação, abrir e manter conta bancária, ou, em síntese, assumir obrigações e desfrutar de direitos, já que tais poderes são próprios das pessoas físicas ou jurídicas. Portanto, a propositura de tal convênio somente poderia se dar após o reconhecimento do CONSUNI acerca da existência de fato e de direito do Conselho de Minerva tal como ele se apresenta em seu estatuto, uma vez que este estatuto estabelece uma relação umbilical com a UFRJ. Além disso, a UFRJ não qualificou o Conselho de Minerva como representante formal de seus ex-alunos. Como orientação paradigmática para constituição de novas Associações de Ex-Alunos da UFRJ, convém mencionar que, em março de 1979, o Professor Pedro Calmon, então presidente da Comissão de Legislação e Normas do CONSUNI, exarou o seguinte Parecer relativo ao Projeto de Estatuto enviado pela Associação de Ex-Alunos da Escola de Química: "Cabe ao Conselho Universitário (estatutos da UFRJ, art. 146, p. ú.) a homologação, para efeito do registro na Universidade, dos estatutos das associações de ex-alunos. Vale dizer: recomenda-as, como uma forma louvável de vinculação dos que se formaram com as Escolas de onde saíram; para que se produza a união moral do antigo estudante com a "alma mater"; e nessa ordem restitutiva ou fraternizante da volta às origens, se crie e mantenha o melhor da instituição, que é o seu "espírito". O projeto de Estatuto que nos envia a Associação de Ex-Alunos da Escola de Química obedece a este princípio. É modelar, merece ser aprovado; e divulgado, tanto como instrumento correto, como por sua alta qualidade de iniciativa exemplar. Oxalá todas as nossas Faculdades pudessem inspirar aos que as freqüentaram a fidelidade e o agradecimento, que manifestam os químicos da Universidade do Brasil." Parecer aprovado por unanimidade no Conselho Universitário, em 22/3/79. Outro fato que merece destaque trata da ação pela posse e uso do nome Universidade do Brasil, cumpre informar que tal ação foi ajuizada pela Associação dos Ex-Alunos da Escola de Comunicação, representada pelo Prof. Raimundo Machado, presidente da Associação dos Ex-Alunos da ECO/UFRJ, e não pelo Conselho de Minerva, como se pode depreender do histórico apresentado pelo Prof. Amoedo e segundo informação do próprio Prof. Machado. Segundo pesquisa realizada pelo Grupo de Trabalho, a marca Universidade do Brasil está registrada no INPI como sendo da UFRJ . Parecer: O Estatuto do Conselho de Minerva capitula que o Reitor da UFRJ é o "Presidente de Honra" do Conselho, em epígrafe. Tal honra societária não pode ser imposta ao mandatário de outra pessoa jurídica, no caso Autarquia da Administração Indireta da União, ainda que seja ela, supostamente, beneficiária das ações do Conselho de Minerva. Depreende-se, também, da leitura do mesmo estatuto que há uma real confusão entre as duas entidades, a saber, UFRJ e Conselho de Minerva, o que revela-se absolutamente inadequado pois tem, cada qual, estatuto jurídico, atribuições e responsabilidades distintas, sendo a primeira uma Instituição Federal de Ensino Superior, regida pelo art.207, da CRFB, sujeita ao controle do Poder Público e a segunda, tão somente uma Associação de ex-alunos e diplomados que, extrapola a

própria composição do corpo social da Universidade, estabelecida pelo Estatuto da UFRJ, Título III, Capítulo I, Da composição. A partir da leitura do Estatuto do Conselho dos Antigos Alunos e Diplomados da Universidade Federal do Rio de Janeiro - Conselho de Minerva, a Comissão designada pelo CONSUNI verificou que o endereço mencionado no art.1° de seu estatuto é o da Reitoria desta UFRJ, ou seja, Av .Brigadeiro Trompowski, Edifício da Reitoria, 2° andar, Ilha do Fundão. Tal endereço comparece no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica -CNPJ, sob o n° de inscrição 03.843.556/0001-38. Observe-se que a autorização para utilização do endereço acima, como sede do supramencionado Conselho, jamais foi concedida pelo Conselho Universitário da UFRJ, órgão máximo e soberano da mesma, em desobediência, portanto, à preconização da gestão democrática constante da LDB, em seu artigo 56. No entender do Grupo de Trabalho, se tal autorização foi dada pelo então Reitor, ela extrapolou a competência do mesmo no uso de suas atribuições, visto que autorizações dessa natureza são prerrogativas do Conselho Universitário e do Conselho de Curadores, já que envolvem a disponibilização de bens quer móveis ou imóveis da UFRJ, para uma associação civil de direito privado, e que isto se deu ao arrepio do que determina o regimento do CONSUNI, em seu artigo 6°, itens 11 e 20. Diante do histórico e dos fatos aqui relatados, o Grupo de Trabalho propõe as seguintes medidas: a) Encaminhar o Estatuto do Conselho dos Antigos Alunos Diplomados da Universidade Federal do Rio de Janeiro - Conselho de Minerva à Procuradoria Geral da UFRJ, para apreciação e providências cabíveis; b) Orientar os responsáveis jurídicos pelo Conselho de Minerva que se abstenham de usar os símbolos, tais como, bandeira, minerva, ..., todos da UFRJ, até que seja emitido Parecer da Procuradoria Geral da UFRJ e submetido ao Conselho Universitário; c) Alterar no cadastro de pessoa jurídica o endereço do referido Conselho de Minerva, uma vez que, somente após análise do CONSUNI, poderá, ou não, a UFRJ vir a conceder espaço para a localização do Conselho de Minerva nos campi desta Instituição Federal de Ensino." O Magnífico REITOR sugeriu o registro integral do parecer na ata e remetê-lo à Procuradoria da Universidade. Em votação, aprovado, por unanimidade. O Conselheiro JOSÉ LUIZ MONTEIRO, apresentado o item seguinte da pauta, registrou a expressiva participação dos alunos na Jornada de Iniciação Científica e Cultural que se iniciou hoje no CT, com a presença do Magnífico Reitor. Agradeceu aos docentes, aos técnico-administrativos, aos alunos, e, em particular, ao Prof. Edson Watanab, responsável pelo Jornada, que permitem que ela se realize, o que é indispensável para que se consiga chegar a esse resultado. Registrou, também, a expansão, a cada ano, do número de participantes e de trabalhos apresentados. Comentou que este ano houve a participação de 3.251 alunos, que é um número bastante expressivo apesar de quase metade desses alunos não ser contemplada com qualquer tipo de bolsa. Disse que o interessante é que as estatísticas da Universidade mostram, claramente, que os alunos que participam de iniciação científica, em média, terminam seu mestrado e doutorado em menos tempo e mais jovens do que aqueles que não participaram, e isso já é um argumento para poder entrar em qualquer fórum numa eventual política de bolsas. Fez um breve relato sobre a reunião do Fórum de Pró-Reitores de Pós-Graduação e Pesquisa, há um mês atrás, em Santa Catarina. Falou da sua preocupação em não estar previsto recursos no orçamento de 2003 para renovação do portal de periódicos da CAPES. Comunicou que o Diretório Nacional de Pró-Reitores vai estar se reunindo, na próxima segunda-feira, com a equipe de transição do novo governo justamente para levantar todas essas preocupações. O Magnífico REITOR disse que uma das coisas absolutamente fantástica é como se recobre um discurso com uma nova denominação e sopra nova vida a uma temática que já foi objeto de temas passados. Argumentou que inovação, agora, é a maneira de dar absoluta prioridade ao mercado e, para a universidade, dar prioridade ao mercado é matá-la porque ela é um espaço que tem que pensar mais além do mercado, no tempo e no espaço. Afirmou que o que estão propondo é que os fundos setoriais passem a ser basicamente acionados para as universidades via empresas, e é isso que as empresas querem, as universidades trabalhando para cada nicho mercadológico. Disse que a universidade pública vem sofrendo diversas ameaças e essa é uma ameaça sutil e perigosa. Comentou que esse projeto nada mais é que prestação de serviços das universidades para as multinacionais e concorda com a preocupação do Prof. Oscar Rosa Mattos. A Conselheira GILDA MOREIRA disse que irá uma delegação da Associação de Pós-Graduandos a Brasília, já com uma posição sobre esse assunto. O Magnífico REITOR solicitou à Conselheira

Gilda que, antes disso, fizesse uma reunião breve com ele. O Conselheiro JOÃO FERREIRA, sobre a questão da jornada de iniciação científica, argumentou que 2.159 (dois mil, cento e cinqüenta nove) trabalhos foram apresentados, o que o faz maior do que qualquer congresso de qualquer universidade brasileira. Disse que o número de trabalhos apresentados de alunos bolsistas é mais do que o dobro da USP, e quase o triplo do que o da Universidade Federal de Minas Gerais, que tem cem bolsas a menos do que a UFRJ. Sobre o projeto de lei, o Conselheiro CARLOS MALDONADO disse que o preocupa muito porque é mais um dos projetos, a exemplo do que foi feito num laboratório de programas em Campinas, que entra na lógica de tentativa de dar vida a duas leis e um decreto, que tratava a idéia de oficiliazar o terceiro setor em atividades típicas de estado. Então, acha que vale a pena este Conselho se reunir rapidamente para construir argumentos e entregar à bancada do Rio de Janeiro. Propôs formar um pequeno grupo de trabalho para, daqui até a próxima sessão, constitua um texto sobre o tema para se transformar em resolução do Conselho, de preferência com a participação do CEPG. A Conselheira ANA MARIA RIBEIRO disse que, na semana que vem, será realizado um seminário no Congresso Nacional, da Comissão de Educação, que também é espaço político importante de discussão com relação a esse momento. Considera importante que o Conselho Universitário aprove um documento político, um relato dos conselheiros do que querem, pautar no Conselho Universitário, não deixar para o ano que vem. O Magnífico REITOR propôs que o Prof. José Luiz poderia se responsabilizar por essa questão e que todos os interessados por esse tema o procurasse. O Conselheiro JOSÉ LUIZ MONTEIRO disse que é preciso que isso seja feito a tempo. O Magnífico REITOR informou que vai pedir ao assessor parlamentar do Gabinete, Prof. Thales, para ligar para a presidente da Comissão de Educação e perguntar se ela não gostaria de escutar as preocupações da UFRJ, se ela disser sim, ele, Reitor, irá a Brasília. A seguir, passou para a discussão do Hospital Universitário. A Conselheira ANA MARIA RIBEIRO disse que está acompanhando, detalhadamente, a situação. Argumentou que, seja pelos funcionários do Hospital que têm participado das reuniões preocupados com a situação de fechamento de setores, falta de material, demissão dos prestadores de serviço e toda uma situação, seja para os trabalhadores da Universidade, seja para a população, a situação é muito preocupante. Disse que existem fortes indício de que houve má administração do Hospital, em determinados momentos, mas não quer ser leviana de estar levantando essas questões sem todos os elementos. Propôs que, na próxima sessão do Conselho, o Diretor seja convidado a fazer a apresentação do Hospital Universitário e o assunto seja pautado para discussão. Comunicou que as representações dos corpos Técnico-Administrativo e Discente estão enviando aos representantes da UFRJ junto ao Conselho de Administração da FUJB um pedido de encaminhamento de cópias da movimentação financeira relativa aos recursos recebidos pelo HUCFF, através desta Fundação, do período de 1997 a 2002. Esclareceu que este tipo de solicitação já foi feita pelos conselheiros quando dos 5% repassados à Reitoria em 2001 e prontamente atendido pela FUJB. O Magnífico REITOR esclareceu que, atualmente, o Chefe de Gabinete, rotineiramente, vem prestando contas dos 5% (cinco por cento) repassados pela FUJB. O Conselheiro JOÃO FERREIRA disse que compreende a preocupação da Conselheira Ana Maria, mas entende que este assunto deve ser tratado, primeiramente, no Conselho de Coordenação do CCS e, se não puder ser resolvido por essa instância, que venha ao Conselho Universitário. O Magnífico REITOR solicitou autorização ao Conselho para que o Prof. Carlos Nilo Gondim Pamplona, Presidente da FUJB, pudesse se manifestar. Aprovado, por unanimidade. O Prof. CARLOS PAMPLONA esclareceu que a gestão financeira num hospital tem dois momentos, o ponto inicial e o ponto final. Disse que o ponto inicial é o pedido, feito pelos médicos, de material hospitalar e a FUJB não tem condições técnicas de intervir nessa primeira fase. Falou que na segunda fase, que é a gestão dos recursos do SUS, a FUJB participa intensamente. Pediu o testemunho do Prof. Dr. João Ferreira de que a FUJB tem se negado, peremptoriamente, a intervir em discussões que envolvam assuntos técnicos e de ensino mas, no aspecto financeiro, tem informações que pode dar a este Conselho. Informou que o Hospital tem uma dívida de R$ 7.680.000,00 (sete milhões, seiscentos e oitenta mil reais) e mais cerca de R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) que deve ao BNDS. Esclareceu que, junto ao BNDS, o devedor primário é a Fundação, não é nem o Hospital Universitário, nem a Universidade, e a própria garantia que foi dada por esse empréstimo foi construída por seus recursos próprios. O

Conselheiro CARLOS MALDONADO deu informes sobre a sua incumbência na tarefa nacional de fazer a avaliação do impacto sistêmico da falta de pessoal nos hospitais universitários para levantar as vagas necessárias para concurso. Informou que, dos hospitais que tinham maior problema percentual, a situação é mais grave na Psiquiatria do que no próprio Hospital Clementino Fraga Filho. Considera que é preciso aprofundar a questão e sugeriu que na próxima sessão fossem convidados todos os diretores dos hospitais universitários da Universidade para se ambientarem no debate. Finalizando, disse que concorda com o mecanismo de debate apresentado pelo CCS, entretanto é preciso que se preocupem rapidamente com isso, porque senão entra-se numa situação, que já é de insolvência. O Conselheiro JOÃO FERREIRA informou que Hospital Federal do Paraná foi quem recebeu o maior número de vagas. Alegou que o gerenciamento da FUJB no Hospital Universitário tem um controle muito maior, e esta seriedade com que a UFRJ trata a questão a tem prejudicado. Terminado o prazo regimental, o Magnífico REITOR agradeceu a presença de todos e encerrou a sessão. Para constar, eu, Ivan da Silva Hidalgo, Secretário dos Órgãos Colegiados, lavrei a presente ata que é assinada por mim Ivan da Silva Hidalgo e pelo Magnífico Reitor _____.